



RATIO – FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

VANGILSON DE OLIVEIRA GUIMARÃES

**PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SENADOR
POMPEU SOBRE OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL PRESTADOS PELA EMATERCE**

FORTALEZA - CE

2019

VANGILSON DE OLIVEIRA GUIMARÃES

PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SENADOR
POMPEU SOBRE OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL PRESTADOS PELA EMATERCE

Monografia submetida à aprovação do Curso de Graduação em Administração pela RATIO – Faculdade Teológica e Filosófica, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Me. JOSE AIRTON DE OLIVEIRA

FORTALEZA - CE

2019

VANGILSON DE OLIVEIRA GUIMARÃES

PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SENADOR
POMPEU SOBRE OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL PRESTADOS PELA EMATERCE

Monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração, outorgado pela RATIO – Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Aprovado em: ____/____/ 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. José Airton de Oliveira
(Orientador)

Prof.^a Dra. Maria Lourdes dos Santos
(Convidada)

Prof. Me. Túlio Cícero Cruz
(Convidado)

Dedico este trabalho de forma especial a meus pais, José Guimarães e Valdete, a minha esposa Rafaela e minha filha Ana Sophia, razão do meu existir.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades;

A toda minha família; pelo apoio e crédito na minha capacidade de vencer;

A Ratio e seu corpo docente, direção e administração que me deram a oportunidade de vislumbrar um horizonte superior;

Ao meu orientador Prof. Mestre José Airton de Oliveira, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos;

Aos meus colegas de curso pela força de vontade, superação e companheirismo ao longo dessa jornada;

E a todos que fizeram parte direta ou indiretamente da minha formação, o meu muito obrigado a todos;

“Uma vez na vida você precisa de um médico, um advogado, um policial e um pregador, mas todos os dias, três vezes ao dia, você precisa de um agricultor.”

(Brenda Schoepp)

RESUMO

A agricultura familiar tem capacidade para colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável. Por isso, a assistência técnica e a extensão rural têm um papel fundamental no diálogo entre os centros de pesquisa agropecuários e o mundo rural, contribuindo ativamente no que diz respeito aos processos de desenvolvimento local. Dentro desse contexto, esta monografia tem como objetivo geral analisar de que forma a assistência técnica pode contribuir para fortalecer a agricultura familiar. Como objetivos específicos discorreu-se por meio da revisão de literatura sobre a história da agricultura no mundo e no Brasil; avaliar a atuação dos programas e políticas públicas voltadas para este setor e, analisar a percepção dos agricultores familiares no que diz respeito a assistência técnica no Município de Senador Pompeu/CE. Metodologicamente, esta monografia baseia-se numa pesquisa bibliográfica e numa pesquisa de campo realizada com os agricultores familiares de Senador Pompeu/CE. O resultado deste trabalho demonstra a necessidade da EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará, ampliar e melhorar a assistência técnica aos agricultores. Do que foi pesquisado concluiu-se que a os agricultores familiares estão conscientes que ações e projetos sobre assistência técnica devem ser cada vez mais implantados em suas atividades agrícolas visando à melhoria da produção, bem como, da natureza.

Palavras-chave: Assistência Técnica. Extensão Rural. Agricultura Familiar. EMATERCE.

ABSTRACT

Family farming has the capacity to collaborate in eradicating world hunger and achieving sustainable food security. For this reason, technical assistance and rural extension play a key role in the dialogue between agricultural research centers and the rural world, actively contributing to local development processes. Within this context, this monograph aims to analyze how technical assistance can contribute to strengthen family agriculture. Specific objectives include: reviewing the literature on the history of agriculture in the world and in Brazil; to evaluate the performance of public policies and programs aimed at this sector and to analyze the perception of family farmers regarding technical assistance in the Municipality of Senador Pompeu / CE. Methodologically, this monograph is based on a bibliographical research and a field research carried out with the family farmers of Senador Pompeu / CE. The result of this work demonstrated the need for EMATERCE to expand and improve technical assistance to farmers. From what was researched, it was concluded that family farmers are aware that actions and projects on technical assistance should be increasingly deployed in their agricultural activities aimed at improving production as well as of nature.

Keywords: Technical Assistance. Rural extension. Family farming. EMATERCE.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2. CAPÍTULO 1: IMPORTÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	12
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E IMPORTÂNCIA.....	12
2.1.1 Programas e políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.....	20
3 CAPÍTULO 2: AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.....	30
3.1 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.....	30
3.1.1 Assistência técnica e agricultura familiar sustentável.....	34
4 CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	43
4.1 METODOLOGIA.....	43
4.1.1 Breve histórico sobre o município de Senador Pompeu/CE.....	44
4.1.2. Dados sobre a EMATERCE.....	44
4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	46
5 CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXO.....	61

1 INTRODUÇÃO

O fortalecimento da agricultura familiar tem grande importância na redução do êxodo rural, pois apresenta grande potencial de criar condições e oportunidades de trabalho através de diversificados sistemas de produção. Daí porque o objetivo da maioria dos empreendimentos familiares no campo é crescer de forma sustentável, aumentando sua viabilidade e preparando sua transição para as futuras gerações. Sendo assim, percebe-se a necessidade de desenvolver uma visão mais empreendedora por parte dos habitantes rurais, como forma de garantir sua permanência no campo com dignidade e qualidade de vida.

Diante desta realidade a assistência técnica e a extensão rural têm um papel fundamental no diálogo entre os centros de pesquisa agropecuários e o mundo rural, contribuindo ativamente no que diz respeito aos processos de desenvolvimento local. No Brasil, as ações de extensão rural estão presentes desde o final da década de 40, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais.

Conforme discutido na literatura, tais ações sempre foram movidas pela ideia de que os incrementos de técnicas modernas de produção causariam melhorias nas condições de vida das pessoas envolvidas (PIRES, 2010).

Em relação à agricultura familiar, Fauth (2011), a considera como sendo uma estrutura produtiva agrícola que tem como alicerce a predominância do uso de mão de obra familiar para explorar o estabelecimento rural, no qual vive e trabalha, considerando que a maior parte da renda da família provenha das atividades desempenhadas no campo.

Gehlen (2012), segue essa mesma linha de estudo, e considera que os agricultores familiares desempenham suas atividades rurais ligadas aos princípios de sustentabilidade.

Dentro desse contexto, esta monografia tem como tema a percepção dos agricultores familiares de Senador Pompeu sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pela EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará.

O objetivo geral é analisar de que forma a assistência técnica pode contribuir para fortalecer a agricultura familiar. Como objetivos específicos têm-se: discorrer por meio da revisão de literatura sobre a história da agricultura no mundo e no

Brasil; avaliar a atuação dos programas e políticas públicas voltadas para este setor e, analisar a percepção dos agricultores familiares no que diz respeito a assistência técnica no Município de Senador Pompeu/CE.

Diante dessa realidade, a realização deste trabalho propõe-se a responder à seguinte questão: Qual o papel da assistência técnica e extensão rural na evolução dos agricultores familiares, fundamentados por práticas agroecológicas no município de Senador Pompeu/CE?

Este trabalho se justifica porque torna-se cada vez mais imprescindível o desenvolvimento de estudos relacionados ao processo de evolução e construção da agricultura familiar na sociedade atual, uma vez que esta área agrícola se constitui como importante setor de desenvolvimento local, regional e nacional.

Metodologicamente, esta monografia baseia-se numa pesquisa bibliográfica, que de acordo com Silva e Menezes (2005), é uma técnica de investigação exploratória, capaz de subsidiar o pesquisador acerca dos conceitos, definições de termos, conhecimento sobre o objeto, com a finalidade de se apropriar da realidade.

Este tipo de pesquisa é fundamental para orientar o pesquisador na condução do estudo. Assim, buscaram-se as informações em livros, revistas e nos trabalhos produzidos na Internet, revistas especializadas, periódicos, artigos disponibilizados nos portais eletrônicos etc.

Além da pesquisa bibliográfica foi realizada a pesquisa de campo sobre o tema já descrito, com 40 agricultores familiares do Município de Senador Pompeu/CE.

Estruturalmente o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro e segundo capítulos que tratam da fundamentação teórica, será estudado assuntos relacionados ao tema desta monografia. O terceiro capítulo aborda a metodologia, bem como, a pesquisa de campo com seus resultados e discussões.

Espera-se, portanto, que este trabalho possa contribuir para uma reflexão mais profunda sobre a importância de uma assistência técnica e extensão rural de qualidade que seja capaz de proporcionar ao homem do campo meio para produzir e viver com dignidade no seu espaço de origem.

2 CAPÍTULO 1: IMPORTÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Este capítulo versa sobre a história e a importância da agricultura familiar para a economia brasileira, bem como, as políticas públicas implantadas para este setor.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E IMPORTÂNCIA

O prefixo *agro* tem origem no verbete latino *agru* que significa "terra cultivada ou cultivável". A palavra "agricultura" vem do latim *agricultūra*, composta por *ager* (campo, território) e *cultūra* (cultivo), no sentido estrito de cultivo do solo. Em Português, a palavra "agricultura" manteve este sentido estrito e refere-se exclusivamente ao cultivo dos campos, ou seja, relaciona-se à produção de vegetais (Fonte: <<http://archives.nd.edu/latgramm.htm>>).

No entanto, em inglês, assim como em francês, a palavra "agriculture" indica de maneira mais genérica as atividades agrícolas tanto de cultivo dos campos quanto de criação de animais. Uma tradução mais próxima de *agriculture* seria, portanto, agropecuária; trata-se, portanto, de um "cognato enganoso" (conceito frequentemente confundido com falso cognato. "Cognato" significa "de mesma origem {etimológica}", portanto "agriculture" e "agricultura" são cognatos pelo simples fato de terem a mesma origem, independentemente do significado distinto (FERREIRA e ANJOS, 2009).

Todos os indícios sugerem que a agricultura surgiu independentemente em várias regiões do planeta. No tocante ao cultivo das principais espécies, acredita-se que tenha despontado em três grandes áreas: a China, o Sudeste Asiático e a América tropical. Povos europeus e africanos podem ter iniciado por conta própria o cultivo de algumas plantas, com que complementariam a caça e a pesca (SILVA, 2018).

O fato é que a milhões de anos o homem chamado "primitivo" e nômade vivia exclusivamente da coleta de alimentos silvestres e da caça. Esse tipo de atividade não agredia a natureza e a quantidade de alimentos supria a necessidade dos pequenos grupos. Contudo, à medida que as tribos e clãs iam crescendo, aumentava a necessidade por mais espaço e conseqüentemente, por mais comida.

Na busca por alimento o homem observou como as plantas germinavam, cresciam e davam frutos. Essa observação foi acompanhada pela intervenção do homem que descobriu que se jogassem as sementes em buracos na terra estas germinariam de forma mais ordenada e lhe renderia maior produtividade. Estava descoberta a agricultura.

No início, era uma pedra ou um galho de árvore para rasgar o solo; depois a pedra foi lascada de propósito para melhor cortar; e, mais tarde, sua lâmina foi aparada. Bem mais tarde, surgiu o ferro, dando-se, novamente, um salto grande na evolução, pois, a ação do homem no solo tornou-se mais precisa, mais “racional”. Para Feldens, (2018, p. 26):

Naquela época, a agricultura já era uma prática absorvida e fundamental para a sobrevivência da humanidade. Como meio de subsistência, a produção de alimentos, é, ao longo da história, a grande preocupação do homem. Esta preocupação se projeta pelos séculos afora, cruzando a pré-história, os povos antigos, gregos, romanos, fenícios, afundando e emergindo na Idade Média, explodindo na era da Revolução Industrial e se tornando ainda maior na era eletrônica dos tempos atuais.

Corroborando com a citação pode-se dizer que dos tempos mais retomos da humanidade aos dias atuais a agricultura sofreu muitas revoluções baseada nas transformações tecnológicas, insumos, máquinas e equipamentos, tendo como ponto de partida a revolução verde.

No Brasil, a agricultura era uma prática conhecida pelos nativos, que cultivavam a mandioca, o amendoim, o tabaco, a batata-doce e o milho, além de realizarem o extrativismo vegetal em diversos outros cultivares da flora local, como o babaçu ou o pequi, quer para alimentação quer para subprodutos como a palha ou a madeira, e ainda de frutas nativas como a jabuticaba, o caju, a cajá, a goiaba e muitas outras. Conforme Arruda, (2003, p. 126):

Com a chegada dos europeus, os indígenas não apenas receberam a cultura mais forte e dominante, como influenciaram os que chegavam. Até a introdução do cultivo de exportação, o extrativismo do pau-brasil, foi a primeira razão econômica da posse das novas terras por Portugal.

Logo após o descobrimento, as riquezas naturais da terra não se revelaram promissoras até a introdução da produção de cana-de-açúcar na região Nordeste, principalmente em Pernambuco. Isto obrigou os portugueses a introduzirem a mão de obra escrava, capaz de realizar as duras tarefas de cultivo da monocultura,

sistema muitas vezes chamado de plantation. Essa fonte de riqueza, entretanto, não serviu para a promoção do desenvolvimento técnico ou social. Preocupado em relacionar a questão agrária sob o latifúndio, o trabalho escravo e o hibridismo vigente nas relações raciais de nossa formação cultural, Freyre (2006, p. 65), assim sintetiza a caracterização de nossa formação:

A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor [...] Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição.

A concentração da riqueza e a formação de latifúndios geraram um sistema social quase feudal - diverso do que ocorreu, por exemplo, na América do Norte, onde a terra foi dividida em pequenas propriedades. A economia brasileira era em sua maior parte dependente da exportação do açúcar, que a despeito de ser trinta por cento mais barato que o produzido noutras partes, não possuía acesso aos mercados, vindo a declinar na segunda metade do século XVII.

Muitas regiões produtoras, então, passaram a diversificar a produção, passando ao plantio do algodão, como em Pernambuco, ou, na Bahia, do tabaco ou do cacau - embora o legado negativo desse período tenha permanecido: a estrutura social arcaica e a baixa tecnologia agrícola (BAER, 2003).

De acordo com o autor citado, ainda no final do período colonial o [café](#) foi introduzido no país. Mas foi somente após a [Independência](#) que a produção se consolidou na [região Sudeste](#), sobretudo no [estado](#) de [São Paulo](#). Esse enorme peso econômico fez surgir uma nova [oligarquia](#) dominante no Brasil, os chamados *Barões do Café*.

A [imigração](#) europeia se acentuou com a produção do café no oeste paulista, com a chegada ao país, sobretudo, de [italianos](#). A riqueza gerada pelo produto acentuou as diferenças entre as regiões brasileiras, especialmente o [Nordeste](#). Além do café outras culturas tiveram crescimento ainda no século XIX, como o fumo e o [cacau](#), na Bahia, e a [borracha](#) na [Amazônia](#).

Como é possível observar o setor agrícola brasileiro passou por inúmeros ciclos e mudanças o longo da história, que vai desde a economia da cana-de-açúcar durante o período colonial, até a expansão do café e da soja. No século XXI, essas

transformações estão a todo vapor graças a revolução das tecnologias de plantio, que aumentou a produção e modernizou as atividades deste setor.

Em relação à agricultura familiar, a discussão sobre a sua importância e o seu papel no desenvolvimento brasileiro vem adquirindo força ao longo do tempo, incentivado, sobretudo, pela visão de desenvolvimento contínuo, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local.

Ao analisar o significado da pequena propriedade (ou pequena exploração), Guimarães (2008), mostra que ela começou a surgir no Brasil após uma série de lutas entre senhores de terras e trabalhadores libertos, moradores agregados, intrusos ou posseiros que determinam por aceitar a trabalhar nas piores terras e por fundar nas proximidades dos latifúndios ou distante deles, alguns cultivos de subsistência, casas de farinha, engenhocas e produção de aguardentes, isto ocorreu até que o sistema escravista começou a desagregar-se e, com ele, o monopólio latifundiário da terra.

Pode-se perceber assim que a pequena propriedade ou pequena produção foi se constituindo lentamente nos arredores do latifúndio ou até mesmo distante dele. A partir do século XIX, desencadeou-se a crise na cafeicultura, a principal atividade econômica do país naquele momento.

A alternativa encontrada pelos proprietários foi o retalhamento da propriedade, que beneficiou os antigos imigrantes, significou a própria reafirmação das condições em que se processou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, na medida em que se recolocou a importância da terra como meio de produção fundamental. O parcelamento gerou o desaparecimento de uma pequena propriedade diferente dos núcleos oficiais de colonização (GRAZIANO DA SILVA, 2011).

Assim sendo, a agricultura familiar surge no Brasil para abastecer os centros urbanos em expansão. Com o aumento dos núcleos urbanos, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo, Santo e Campinas se fez necessário produzir mais alimentos e a pequena propriedade foi responsável por esse abastecimento, utilizando basicamente a mão de obra familiar.

A agricultura Familiar passou a ser uma categoria sociopolítica do meio rural que emergiu nos anos de 1990, resultado da luta dos movimentos sociais no campo, especialmente o sindicalismo rural. Na época, teve destaque o 1º Grito da Terra Brasil, manifestação de trabalhadores do campo, ocorrido em 1994, em Brasília (DF)

que teve como bandeiras de luta a reforma agrária, o crédito agrícola, a preservação ambiental, os direitos sociais e trabalhistas, a previdência social e a saúde. No que se refere ao reconhecimento dessa categoria sociopolítica no país Picolotto (2014, p. 2) menciona que tem ocorrido de três formas distintas, mas que se complementam entre si. Assim afirma:

A primeira diz respeito ao aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes (com a formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) como organização específica de agricultores familiares e, de outro lado, com a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que a partir de meados dos anos 1990, passou a fazer uso da categoria agricultor familiar. A segunda se refere ao reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no Estado, criação de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar. E a terceira advém do trabalho de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: atrasada, ineficiente e inadequada.

No universo da agricultura existem dois importantes segmentos produtivos que impactam no Produto Interno Bruto (PIB): a agricultura não familiar e a agricultura familiar. A agricultura familiar recebeu várias definições, sendo caracterizada como agricultura de subsistência, de pequena produção e pobreza rural. Para Wanderley (2009, p.2):

A agricultura familiar é a agricultura praticada pela família que ao mesmo tempo é dona dos meios de produção e também trabalha no local produtivo. A agricultura familiar é responsável pela produção de quase 70% dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros, sendo muito importante para o desenvolvimento local, evita e/ou diminui o êxodo rural e tem como destino final a comercialização da grande maioria de sua produção para o mercado local e regional.

Legalmente a caracterização da agricultura familiar se dá a partir das atividades realizadas no meio rural em áreas que não ultrapassem quatro módulos fiscais, que são unidades expressas em hectares fixadas por cada município; que utiliza de mão de obra familiar em suas atividades, onde o predomínio da renda seja obtida pelas atividades realizadas na propriedade e a administração seja realizada pelo próprio agricultor e seus familiares (Lei n. 11.326 de 2006).

Dentro desse contexto, a agricultura familiar apresenta características específicas com relação a agricultura patronal como pode ser observada na quadro abaixo.

Quadro 1: Modelos e principais características da agricultura familiar

AGRICULTURA PATRONAL	AGRICULTURA FAMILIAR
Total separação dos fatores gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente ligados
Organização centralizada	Processo produtivo dirigido diretamente pelo produtor
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado é apenas complementar
Tecnologias direcionadas apenas à eliminação de decisões de "terreno" e de "momento"	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.
Tecnologias buscam principalmente a redução das necessidades de mão de obra	Decisões tomadas "in loco", condicionadas pelas especificidades do processo produtivo.
Ênfase no uso de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

(Fonte: FAO/INCRA, 1994 *apud* AZEVEDO; PESSÔA, 2011)

Para se ter ideia de sua importância no âmbito da América Latina, a agricultura familiar representa mundialmente, segundo a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA, 2014), 30% da produção agrícola no Uruguai, 25% no Chile, 20% no Paraguai e 19% na Argentina. No Brasil, esse segmento é responsável por 38% do valor Bruto da Produção (MDA, 2006). Dentre os países da América Latina e Caribe, existem cerca de 15 milhões de estabelecimentos familiares, ocupando aproximadamente 400 milhões de hectares (IBGE, 2017).

No Brasil de acordo com o último Censo Agropecuário de 2017 a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo (IBGE, 2017).

A agricultura familiar ainda produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Na tabela abaixo se pode ver os dados estruturais da agricultura familiar no Brasil.

Tabela 1 - Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários – Brasil 1995-1996/2017

DADOS ESTRUTURAIS	CENSO		
	1995-1996	2006	2017 (1)
Estabelecimentos	4 859 865	5 175 636	5 072 152
Área total (ha)	353 611 246	333 680 037	350 253 329
Utilização das terras (ha)			
Lavouras permanentes (2) (3)	7 541 626	11 679 152	7 982 183
Lavouras temporárias (3) (4)	34 252 829	48 913 424	55 383 875
Pastagens naturais	78 048 463	57 633 189	46 847 430
Pastagens plantadas (3) (5)	99 652 009	102 408 873	111 775 274
Matas naturais (3) (6)	88 897 582	95 306 715	106 211 639
Matas plantadas	5 396 016	4 734 219	8 485 503
Pessoal ocupado	17 930 890	16 568 205	15 036 978
Tratores	803 742	820 718	1 228 634
Efetivo de animais (3) (7)			
Bovinos	153 058 275	176 147 501	171 858 168
Bubalinos	834 922	885 119	948 103
Caprinos	6 590 646	7 107 613	8 254 561
Suínos	27 811 244	31 189 351	39 176 271
Ovinos	13 954 555	14 167 504	13 770 906
Aves (galinhas, galos, frangas e frangos) (1 000 cabeças)	718 538	1 143 458	1 453 645
Produção animal			
Produção de leite de vaca (1 000 l)	17 931 249	20 567 868	30 100 791
Produção de leite de cabra (1 000 l)	21 900	35 742	25 346
Produção de lã (t)	13 724	10 208	7 136
Produção de ovos de galinha (1 000 dúzias)	1 885 415	2 781 617	4 767 416

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996/2017.

Pelos dados da tabela acima é correto dizer que a importância da agricultura familiar no mundo contemporâneo ganha força quando se questiona o futuro das pessoas que subsistem do campo, a problemática do êxodo rural, a produção de alimentos e, conseqüentemente, a tensão social decorrente da desigualdade social no campo e nas cidades.

Nessa perspectiva, faz-se importante destacar, segundo Lourenzani et al. (2008), que o segmento da Agricultura Familiar tem assumido, ao longo do tempo, um papel socioeconômico de grande relevância no âmbito do agronegócio brasileiro. Seu desenvolvimento é entendido como uma das pré-condições para uma sociedade economicamente mais eficiente e socialmente mais justa.

Para tanto, existe, segundo o autor, uma série de fatores que afetam significativamente o desempenho dos empreendimentos rurais, muitos dos quais fogem do controle da unidade de produção, enquanto outros, como a gestão da produção, estão mais diretamente vinculadas ao seu controle.

Os agricultores familiares são os que mais geram empregos e estimulam o desenvolvimento local, pois dividem melhor a renda, além de serem os responsáveis por uma parte expressiva da produção nacional. Além de tudo, os agricultores familiares são os que mais respeitando o meio ambiente, sem contar que os seus produtos fomentam a economia dos municípios onde vivem.

Dentro desse contexto, a agricultura familiar cada vez mais se sobressai dentro da economia como uma das áreas que mais cresce na produção de alimentos, geração de riquezas e justa distribuição de renda, o que contribui para um desenvolvimento rural sustentável. Hoje, a agricultura familiar tem apoio dos órgãos públicos, sociedade civil organizada, iniciativa privada, entre outros setores da sociedade e esse apoio colabora para que a mesma se caracteriza como sendo de grande importância para a manutenção do tecido socioeconômico local.

No entanto, apesar do apoio que vem recebendo nas últimas décadas, os agricultores familiares ainda necessita de conhecimentos e de assistência técnica para terem o direito aos programas de políticas públicas, que são essenciais para melhorar, aumentar e qualificar ainda mais a sua produção.

Na atualidade, algumas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm sido implantadas e mesmo que não sejam suficientes elas tem conferido a agricultura familiar importante papel na riqueza do País nos últimos anos. Dentre as principais políticas públicas pode-se destacar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Merenda Escolar, entre outros, como será visto a partir de agora.

2.1.1 Programas e políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil

A trajetória da construção das políticas agrícolas no Brasil é notadamente marcada pelo contexto sociopolítico do período em que se criaram essas políticas. Esse fato se justifica quando pensamos que uma das definições mais generalistas de políticas públicas, descreve que sua função é solucionar os problemas e desafios existentes em determinado momento histórico, através de um conjunto de ações que produzirão um efeito específico (SOUZA, 2006).

As políticas públicas para a agricultura familiar só vem a acontecer a partir da década de 1990, pois antes as ações governamentais estavam voltadas para o agronegócio. Como se pode averiguar o desenvolvimento na agricultura do Brasil começa a ter mais ênfase a partir dos anos 60 quando os Programas Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), passaram a considerar a agricultura como um setor estratégico para o desenvolvimento nacional.

Assim sendo, a partir desta década as políticas públicas em prol da agricultura familiar surgiram tendo em vista o contexto macroeconômico da reforma do Estado. Portanto, dois fatores motivaram o surgimento dessas políticas públicas, sendo o primeiro, a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o segundo, o fortalecimento dos movimentos sociais no campo. Ademais, o crescimento da pobreza, da violência e da insegurança nas grandes cidades culminou com o apoio do homem da cidade às políticas de valorização do meio rural.

Entre 1965 e 1972 foram criadas algumas políticas públicas voltadas à agricultura, tais como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER). Estas políticas que formam o tripé crédito, pesquisa e extensão foram responsáveis pelo processo de modernização da agricultura brasileira.

Porém, durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a agricultura, foram dirigidas aos setores mais capitalizados, na produção de commodities, com a intenção de equilibrar a balança comercial do país.

De um modo geral, se pode dizer que, até o início da década de 90, o número de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das

necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares era bem reduzido.

Na década de 1990, entretanto, dois fatores foram decisivos para mudar o curso da história. Por um lado, havia as reivindicações dos trabalhos rurais, que começaram a ter voz já na Constituição de 1988 e ganharam destaque nas famosas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990, ocuparam definitivamente a agenda pública para o meio rural.

Por outro, os estudos realizados conjuntamente pelo FAO e INCRA definiram com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas para esse segmento específico. No quadro abaixo é possível observar um breve resumo das políticas públicas para a agricultura no Brasil:

Quadro 2 – Resumo das políticas públicas para a agricultura no Brasil

ANO	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA NO BRASIL
ATÉ 1930	Desde que a agricultura se tornou a alavanca para o desenvolvimento nacional até o período de 1930, o que marca o cenário das políticas agrícolas é de certa forma a inexistência de um setor público agrícola atuante. O estado brasileiro, assumindo um caráter liberal, se concentrava em garantir que os grupos hegemônicos desenvolvessem suas atividades sem grandes entraves, garantindo o caráter agroexportador da agricultura brasileira nesse período.
DE 1930 A 1960	Esse cenário começa a mudar principalmente com o Estado Novo (1937), quando o projeto desenvolvimentista de forte caráter nacionalista de Getúlio Vargas começa a ser implantado, tornando necessária a busca pela redução da dependência externa. Esse aspecto faz com que a agricultura voltada para a mercado interno seja vista como fundamental para alavancar a expansão industrial e urbana desejada, fazendo-a merecer uma estratégia própria para garantir alimentos e matéria prima em quantidade e com baixos custos. Nessa lógica foi possível ao Estado brasileiro começar a estruturar um setor público rural gigante e de baixa qualidade, centrado, sobretudo em instituições voltadas para atender produtos e/ou regiões.
1960 A 1980	O período de 1960 a 1980 é marcado principalmente pelo estabelecimento do regime militar no Brasil somado ao conhecido processo de modernização da agricultura, conhecido como “Revolução Verde”. Nesse período o Estado, autoritário e burocrático, consegue até certo ponto, unificar os interesses dos setores brasileiros que levaram o governo militar ao poder (elite nacional, classe média urbana, setores da igreja, grandes proprietários de terra, etc), dentro de um projeto de nação. É criado

	o Estatuto da Terra em 1964.
DÉCADAS DE 80 E 90	Ganha destaque o fim do Estado centralizador e condutor do desenvolvimento nacional (ditadura), para um Estado mínimo que abriu as portas para a consolidação e fortalecimento do livre mercado, fato que marcou as políticas agrícolas desse período com um forte caráter de atendimento aos interesses do mercado global.
ATUALIDADE	As mudanças no estado brasileiro abriram portas para que se desse início a uma descentralização das políticas agrícolas. Entretanto pode-se dizer que a importância dada à noção de desenvolvimento territorial no país ganha consistência com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 2003.

Fonte: Neto, (2011); Romano, (2011). Adaptação própria.

Em se tratando dos Programas e políticas públicas voltadas especificamente para a agricultura familiar, é certo dizer que o seu fortalecimento se constitui em principal estratégia de efetivação para uma política de segurança alimentar no Brasil, haja vista, a importância que este setor vem demonstrando ter na economia brasileira.

Assim, na medida em que ações governamentais são direcionadas para a assistência aos agricultores familiares, tem-se um fortalecimento de um contingente significativo de trabalhadores rurais que, mesmo enfrentando algumas adversidades no campo, ainda resistem ao processo atrativo exercido pelos centros urbanos, permanecendo no campo e cultivando produtos para produção de alimentos. Um dos programas que tem ajudado muito a agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PRONAF, criado em 1996 após inúmeras mobilizações dos agricultores familiares surge como consagração da agricultura familiar que constrói a categoria sócia profissional agricultor familiar – um sujeito que passa a ser dotado de direitos. Para Ribeiro (2010, p.25):

O PRONAF também foi assumido como uma proposta de desenvolvimento do meio rural brasileiro. Os municípios deviam formar Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural para monitorar a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, a partir de uma perspectiva territorial.

O PRONAF tem como fundamental finalidade o desenvolvimento rural com ações que vislumbrem o crescimento da capacidade produtiva para o financiamento, para o aperfeiçoamento de infraestrutura, a capacitação de técnicos e agricultores familiares, e atividades agropecuárias por eles desenvolvidas.

Nos dias atuais o PRONAF tem se consolidado como a principal política pública do Governo Federal para favorecer os agricultores familiares. O advento deste programa reflete o reconhecimento e a autenticidade pelo Estado, em relação às particularidades de uma recente categoria social, os agricultores familiares.

O PRONAF é muito importante para manter o produtor familiar no campo, pois o financiamento provido deste programa apresenta baixas taxas de juros permitindo ao agricultor familiar, beneficiar-se em compras de utensílios agrícolas destinados a produção. De acordo com Schneider, (2006, p. 3):

[...] O PRONAF visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infra estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

No que diz respeito ao cultivo, o PRONAF, deixa claro que, de acordo com as exigências do programa, as atividades decorrentes do espaço agrário pode ser agropecuárias ou não, em linhas gerais para ter acesso ao PRONAF, torna-se necessário:

- 1 - Trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado), do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- 2 - Residir na propriedade rural ou em local próximo;
- 3 - Dispor de área inferior a quatro módulos fiscais. O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare fixada para cada município. Varia de 5 a 110 hectares (procure saber o tamanho do módulo fiscal na prefeitura, nos sindicatos rurais e dos trabalhadores rurais e nos agentes financeiros);
- 4 - Ter renda bruta anual do grupo familiar entre R\$ 6 mil e R\$ 110 mil com pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, ou abaixo de R\$ 6 mil com pelo menos 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

5 - Ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar. Eventualmente, em épocas de plantio e colheita, pode ter mão de obra temporária, devendo essa mão de obra ser predominantemente familiar. (BRASIL, 2011/2012).

O PRONAF desenvolve o papel de substancial relevância na permanência deste agricultor no meio rural, pois a partir do momento em que estando veiculado as políticas públicas para a agricultura familiar, essa linha de créditos têm o capacidade de investir no pequeno agricultor, incentivando-o e tornando-o apto a trabalhar a terra com meios adequados ao mesmo.

Dessa forma, o crédito financiado assegura ao agricultor familiar o desenvolvimento da produção, e para que o mesmo tenha acesso a este sistema torna-se imperativa a execução de um projeto vinculado ao estabelecimento rural, e simultaneamente o enquadramento em um determinado grupo destinado.

A segurança e a soberania alimentar são temas cada vez mais presentes em ações ou Programas implementados nas últimas décadas pelos Governos em todas as instâncias, visando, de um lado, o combate à miséria e a pobreza extrema e, de outro, criar um canal de consumo para a produção dos agricultores familiares, contribuindo, assim, para a consolidação de melhores condições da sua permanência no campo (SIMÃO et al., 2014).

Dentro desse contexto, surge o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi instituído em 2003. Como principais inovações apontadas pelo Programa destacam-se os Preços de referência para a agricultura familiar e a aquisição de produtos sem a necessidade de licitação.

Conforme Cruz (2016), a criação do Programa buscou suprir uma lacuna de apoio à comercialização da agricultura familiar, propiciando acesso a mecanismos de sustentação de preços e de renda que, até então, não atingiam este segmento, tradicionalmente excluído dos mecanismos tradicionais da Política Agrícola coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Para Oliveira e Ferrante (2013), o PAA se apresenta como uma política afirmativa para os grupos socialmente vulneráveis, podendo contribuir para o fortalecimento dos sistemas locais de segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, é possível afirmar que o programa se desvincula da ideia de ser uma simples política de doação de alimentos e se condiciona como instrumento para o

desenvolvimento das capacidades (individuais e coletivas), de determinados grupos sociais onde esses demandam e solicitam sua divulgação, a apropriação de ferramentas de gestão e principalmente, sua organização social.

De acordo com Santos et al. (2012), o Programa assume fundamental importância no fomento à produção agropecuária em escala local por envolver, de um lado, os produtores rurais que têm dificuldades para comercializar a produção e, de outro, as instituições socioassistenciais que necessitam adquirir produtos no mercado. Então, procura-se estimular a organização coletiva dos produtores rurais, em consonância com as concepções mais recentes das políticas públicas direcionadas para o espaço rural.

A criação do PAA trouxe inovações importantes. Um primeiro elemento que pode ser destacado é a autorização da dispensa de licitação na aquisição de produtos da agricultura familiar. No texto da lei a dispensa é definida nos seguintes termos (BRASIL, 2007):

- a) Os produtos deverão ser adquiridos de agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- b) Essas aquisições têm por finalidade “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição desses produtos a pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos”;
- c) Para que haja a dispensa da licitação é necessário que os preços de aquisição não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

Ao romper com esse paradigma é possibilitado ao PAA dirigir suas ações para a agricultura familiar, contemplando, sob tal designação, conforme já descrito, os camponeses, agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, atingidos por barragens e comunidades indígenas. (SCHIMITT e GUIMARÃES, 2008).

Ainda de acordo com os autores, o advento do Programa fomentou a ideia de produção diversificada de alimentos com o intuito de que o pequeno agricultor pudesse produzir alimentos para sua subsistência e ainda realizar a venda direta do excedente da sua produção, através de associações ou cooperativas, com um mercado que garantisse a compra desta.

Assim, o PAA busca também contribuir para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda, permitir aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

Desta forma, o PAA é um programa de compra institucional, realizado com recursos públicos, para os produtos oriundos especificamente da agricultura familiar. A aquisição destes produtos, no projeto inicial, pode ser realizada por meio de cinco diferentes modalidades, apresentadas no seguinte quadro:

Quadro 3 – Modalidades do PAA

Sigla	Título	Ementa
CDLAF	Compra Direta Local da Agricultura Familiar	Promove a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operadacionalizada pelos Governos Estaduais e Prefeituras Municipais
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações). É operacionalizada pela CONAB.
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – Doação Simultânea	Visa adquirir alimentos de agricultores familiares organizados em grupos formais (cooperativas e associações), com vistas à doação para instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. É operada pela CONAB.
CPR – Estoque	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Propiciar o consumo do leite às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção familiar. É operada pelos Governos Estaduais.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2007.

Conforme o que foi visto até agora, se pode dizer que o PAA busca valorizar a produção e a cultura alimentar das populações, impulsionando a economia local, a formação de estoques estratégicos, o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos da agricultura familiar, o encorajamento ao manuseio agroecológico dos sistemas produtivos e a recuperação e preservação da biodiversidade.

Outro programa que está dentro das políticas públicas para a agricultura familiar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de onde são deslocados os investimentos financeiros para a aquisição de alimentos. O programa visa basicamente contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é a maior e mais antiga política pública na área de alimentação e nutrição do Brasil e um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, constituindo uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que se orienta pelos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), (BRASIL, 2013, FNDE, 2009).

Foi implantado no Brasil, oficialmente, em 1955 e tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Tem caráter suplementar e transfere recursos financeiros do orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para atender os alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), matriculados em escolas públicas e filantrópicas das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal. A partir de 2009, com a Lei nº 11.947, 30% do valor foram direcionados à compra direta de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2013; FNDE, 2009).

Esse modelo de compras do Governo utilizado mais recentemente beneficia a agricultura familiar, pois é parte de um processo que admiti a necessidade de adquirir alimentos saudáveis que promovam o acesso em quantidade e qualidade suficientes às demandas da população, respeitando as normas de segurança

alimentar que possibilitam melhores índices de saúde pública, de maneira que proporcione a ascensão econômica dos agricultores familiares. Para Schneider (2011, p. 56):

A capacidade do PNAE de aproximar a segurança alimentar, visando a melhoria da saúde pública, assim como a construção de mercados e políticas de abastecimento alimentar, o torna um aliado na formação de novos hábitos alimentares e uma possibilidade de incentivo ao desenvolvimento rural, uma vez que o Programa, principalmente após sua descentralização, tem contribuído, em alguns municípios, para incrementar a alimentação dos escolares e ampliado o potencial de incentivo à produção da agricultura familiar local.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar pode constituir-se como uma possibilidade de promover o desenvolvimento local, visto que com a promulgação da Lei 11.947, em junho de 2009, o Programa adquire mais uma função social: o apoio ao desenvolvimento sustentável. Conforme diz Formiga e Araújo (2012, p. 2):

Famoso pelo nome de Merenda Escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, baseia-se na deslocação de investimentos financeiros do Governo Federal, em caráter de aperfeiçoamento, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de alimentos direcionados à alimentação escolar, seu intuito é satisfazer às exigências nutricionais dos estudantes enquanto permanecem em sala de aula, favorecendo o desenvolvimento, crescimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis.

Para os autores, a alimentação escolar é observada como indispensável ao processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, ao mesmo tempo em que também garante um suprimento mínimo de alimentos às populações carentes. Dentro desse contexto, o PNAE pode ser considerado um importante programa de garantia à segurança alimentar no Brasil.

O PNAE, pela Lei, busca garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), para as crianças, com vistas a ofertar alimentos mais saudáveis e frescos, valorizando os hábitos alimentares locais, já que a participação de agricultores familiares, na qualidade de fornecedores de alimentos às escolas, pode contribuir para esse processo, além de fortalecer a agricultura local.

É uma política pública governamental nacional que tem por objetivo suprir 20% das necessidades nutricionais dos escolares durante a sua permanência na escola, além de contribuir para a redução dos níveis de evasão escolar, formação de bons hábitos alimentares e aumento da capacidade de aprendizagem. O programa movimenta um grande volume de recursos e de alimentos, e, conseqüentemente,

um gigantesco mercado consumidor; um mercado cujo orçamento em 2014 foi de R\$3,6 bilhões para beneficiar 43 milhões de escolares (FNDE, 2012a).

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE para o PNAE devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. § 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (BRASIL, 2009, p. 1).

Do que foi visto até aqui, pode-se dizer que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar nos últimos anos tem tido significativos avanços, basta se olhar os diversos programas criados pelo governo, objetivando a garantia de uma agricultura forte, que cumpra o papel de produzir alimentos de maneira a atender as necessidades e o desenvolvimento das economias locais.

3 CAPÍTULO 2: AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Neste capítulo serão discutidos assuntos relacionados a importância da assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar, bem como, a relação entre assistência técnica e agricultura familiar sustentável.

3.1 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Que a agricultura familiar tem papel fundamental na economia, na geração de emprego e renda e na produção de alimentos já se sabe. Porém, mesmo diante de tamanha importância o agricultor familiar no mundo rural brasileiro ainda sofre pela falta de informações que o ajudem no aumento da sua produtividade e qualidade dos seus produtos. Diante disso, a existência de políticas de assistência técnica e extensão rural (ATER), tornam-se imprescindíveis para este setor agrícola.

Somente em 2003, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), ofertando serviços de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), com atributo público para agricultura familiar com vistas a contemplar seu amplo tecido social constitutivo. Para Silva e Gregolin (2009, p. 124):

A assistência técnica extensão rural (ATER) se constitui no veículo condutor das outras políticas públicas do MDA para agricultura familiar. Tem um papel de destaque na construção e expansão de políticas públicas para a produção familiar brasileira, dialogando com outros eixos estratégicos da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF-MDA), da qual está vinculada: gênero; crédito e fomento; sustentabilidade dos sistemas de produção; geração de renda; agregação de valor; combate pobreza rural; e segurança alimentar.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural são direcionados aos agricultores familiares de forma gratuita e consistem em serviços não formais continuados de educação. Através de visitas técnicas os extensionistas (especialistas como engenheiros agrônomos, médicos veterinários e técnicos agrícolas, além de economistas domésticos, zootecnistas e engenheiros de alimentos, entre outros profissionais), buscam identificar potencialidades e necessidades das famílias, considerando as diversidades regionais e climáticas, considerando fatores não controlados como intempéries, pragas, doenças de

animais e seca. Promovem também aperfeiçoamento de processos de gestão, sistemas de produção, de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, além do beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários. Conforme Decreto n. 8.252 instituiu o serviço autônomo da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), que tem entre suas funções:

Promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à inovação tecnológica e à apropriação de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica, ambiental e social; promover a integração do sistema de pesquisa agropecuária e do sistema de assistência técnica e extensão rural; fomentar o aperfeiçoamento e a geração de novas tecnologias e a sua adoção pelos produtores; apoiar a utilização de tecnologias sociais e os saberes tradicionais utilizados pelos produtores rurais; contratar serviços de assistência técnica e extensão rural; promover a universalização dos serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares e os médios produtores rurais (BRASIL, 2014).

A ATER possui a missão de levar mais do que simplesmente assistência técnica para ampliar a produção. Ela tem um papel fundamental no diálogo entre os centros de pesquisa agropecuários e o mundo rural, contribuindo ativamente no que diz respeito aos processos de desenvolvimento local.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural são essenciais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, principalmente, no que se refere a inserção e viabilização de novas práticas agroecológicas. Tal fomento que ainda surge timidamente no cotidiano da agricultura familiar, e precisa de uma abrangência sistêmica e adequada a essa atividade econômica. Todavia é preciso destacar que a ATER envolve desde questões técnicas de manejo e de produção até a educação no campo. (ABRAMOVAY, 2007).

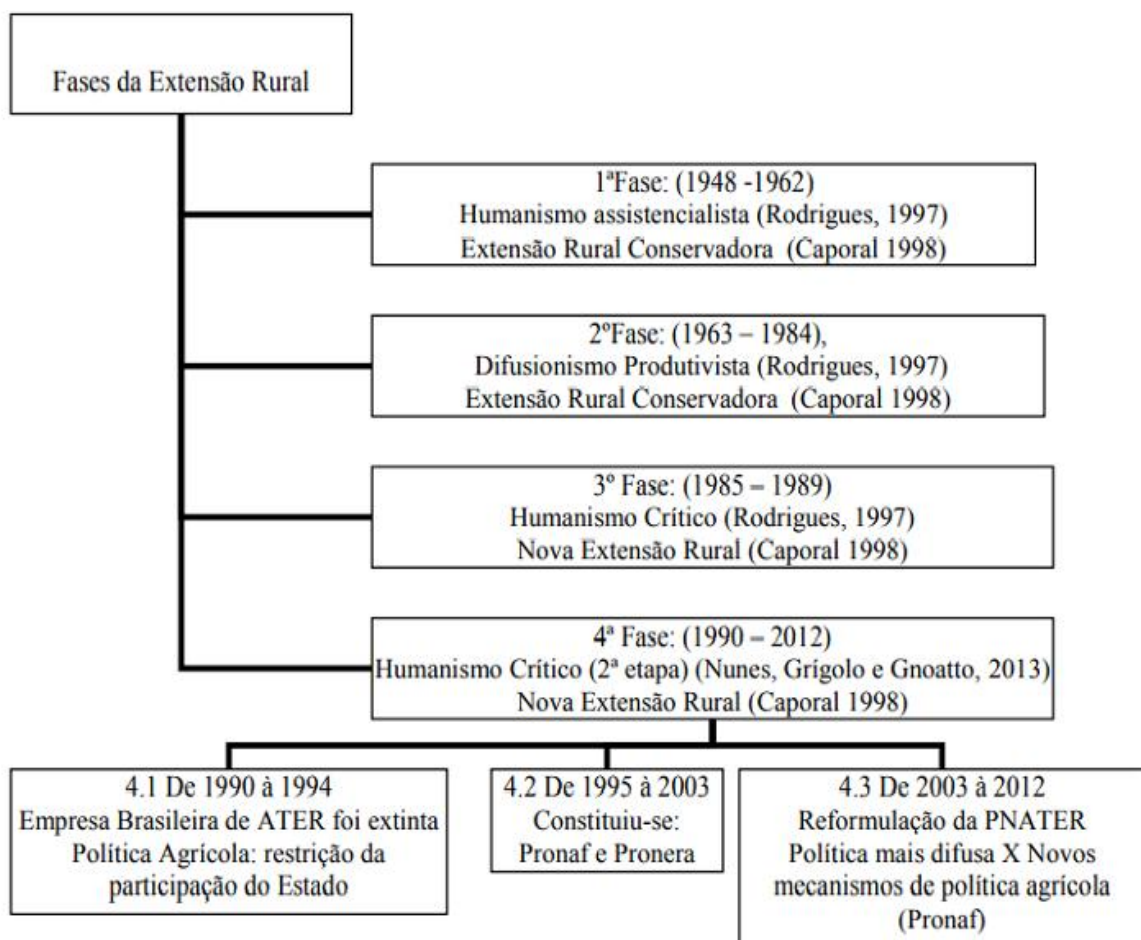
Dentro desse contexto, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), enfatiza como missão dos serviços de Ater a promoção e o incentivo a participação dos agentes através de metodologias participativas e educativas, para a integração da dinâmica social, econômica e cultural, proporcionando o reconhecimento dos agentes sociais em seu ambiente, assim executando práticas sustentáveis com o intuito de fortalecer a agricultura familiar e as organizações. Para Muniz (2003, p. 6):

A extensão rural deve ser efetivada através de práticas que atendam as novas concepções que se apresentam sobre a ciência e a tecnologia, sobre

as instituições e a gestão dos recursos comuns, a pesquisa tecnológica, a reflexividade coletiva e a propensão em tratar as questões na sociedade agrária como riscos coletivos e não como questão de ordem.

A política de Assistência Técnica e Extensão Rural é fundamental para a boa aplicação dos recursos dos programas de crédito direcionados à agricultura familiar, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; bem como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, entre outros. A assistência técnica no Brasil se constitui em períodos distintos, conforme se vislumbra na figura abaixo:

Figura 1: Fases da Extensão Rural no Brasil



Fonte: Adaptado Caporal (1998), de Rodrigues (1997), e Nunes, Grígolo e Gnoatto (2013).

Nunes, Grígolo e Gnoatto (2013, p. 26), complementam “cada uma destas fases está relacionada com um momento econômico e político, não podendo a extensão rural ser estudada em si, ou seja, fora deste conjunto de relações que a define”.

O fato é que a assistência técnica fornecida a [agricultores familiares](#) é de relevante importância no processo de comunicação e de difusão de novas [tecnologias](#) geradas pela pesquisa (e eventualmente pelos próprios agricultores ou pelos serviços de extensão rural oficiais) que são essenciais ao desenvolvimento rural no seu mais amplo sentido, ou seja, no desenvolvimento das atividades [agropecuárias](#), [florestais](#), de [extrativismo](#) e [pesqueira](#).

A Assistência Técnica em propriedades rurais tem um papel muito importante para o fortalecimento da agricultura familiar, o Brasil cresceu muito nesta modalidade de prestação de serviço, mas ainda há muito que ser aprimorado, sua tamanha importância está regulamentado na Lei nº12.188, de 11 de janeiro de 2010, que define Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), da seguinte forma: serviço de educação não formal de caráter continuado, no meio rural, que promove o processo de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários (BRASIL, 2010).

Caporal (2009), afirma que a missão de qualquer estilo de extensão rural que se pretenda novo está destinada a ajudar no direcionamento de ações e atividades que promovam novos estilos de desenvolvimento e de agricultura que respeitem não só as condições específicas de cada agro ecossistemas, mas também a preservação da biodiversidade e diversidade cultural. Segundo os autores existem alguns princípios que devem nortear as ações de ATER, quais sejam:

- a) Buscar um crescente apoio à conservação e manejo de agros ecossistemas sustentáveis.
- b) Apoiar os agricultores familiares na seleção de tecnologias capazes de reduzir riscos e otimizar o uso de recursos internos.
- c) Apoiar a consolidação de uma rede de parcerias envolvendo organizações públicas e privadas comprometidas com agricultura familiar.

Ainda para este autor, o agricultor, especialmente o pequeno agricultor familiar sempre esteve no foco das políticas de assistência técnica, porém vivia e vive um dilema. Quando a assistência é de qualidade não atinge todos que precisam e quando se massifica perde a qualidade. As características que definem a agricultura familiar são basicamente três:

- 1) As atividades de gestão e investimento são realizadas por indivíduos parentes ou ligados pelo matrimônio;
- 2) O trabalho é basicamente familiar;
- 3) A propriedade dos meios de produção pertence à família e é no seu interior que se dá a transmissão de propriedade.

Lacki (2018), possui uma visão muito clara dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares. Suas propostas e críticas se referem à falta de conhecimento das famílias rurais, aos métodos inadequados dos serviços de ATER e ao baixo nível educacional dos agricultores.

Suas propostas são voltadas principalmente para as correções internas que os agricultores devem primeiramente fazer para depois criticarem o mercado, as políticas públicas, os políticos e organismos internacionais. Não adianta fazerem-se diagnósticos e apontar aquilo que está fora do alcance dos agricultores como causas de suas mazelas; isto servirá para deixá-los paralisados. Assim, Lacki (2018, p.1-2) diz que:

[...] Os países ricos, gostemos ou não gostemos, estejamos ou não de acordo com suas políticas, continuarão, até onde lhes seja possível, subsidiando e protegendo os seus agricultores; e os países pobres continuarão sem força política para impedir que os países ricos continuem fazendo-o. ... nossas tecnologias que já estão disponíveis, porém ociosas / subutilizadas devido às inaceitáveis debilidades dos nossos serviços de extensão rural. E tudo isso depende especialmente dos próprios agricultores, com a única condição que os governos lhes proporcionem nada mais que os conhecimentos necessários para que eles saibam corrigir as deficiências tecnológicas, gerenciais e organizacionais que ainda caracterizam a maioria dos produtores rurais.

Como se observa a assistência técnica e extensão rural é de suma importância para a agricultura familiar, por isso, é preciso que a mesma aconteça através da sincronização das pesquisas e experiência, entre as teorias e metodologias com base na agroecologia e conseqüentemente do desenvolvimento sustentável para as práticas de extensão rural.

3.1.1 Assistência técnica e agricultura familiar sustentável

O termo desenvolvimento sustentável surgiu a partir de pesquisas da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade ante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX. Antunes (2002, p. 20),

abordando os aspectos do direito ambiental e direito do desenvolvimento sustentável leciona que:

Desenvolveu-se uma ideia a qual prefere atribuir ao direito ambiental à designação de Direito do Desenvolvimento Sustentável. Esta moderna tendência tem sido verificada entre os autores norte americanos e canadenses. Sustentam os autores da tese que o Direito Ambiental tem como base a tentativa de corrigir impactos que já ocorreram, enquanto o Direito do Desenvolvimento Sustentável teria por finalidade uma ação preventiva e não simplesmente reparadora.

A ideia de uma agricultura familiar sustentável indica em primeiro lugar, a constante insatisfação com o status quo da agricultura moderna. Indica o desejo social de sistemas produtivos que, simultaneamente, preservem os recursos naturais e ofereçam produtos saudáveis, sem prejudicar os níveis tecnológicos já obtidos de segurança alimentar. Origina-se de emergentes pressões sociais por uma agricultura que não danifique o meio ambiente e a saúde.

Os agricultores familiares desempenham papel relevante na implantação de modelos mais sustentáveis de produção agrícola e na busca de modelos produtivos menos impactantes, principalmente por se relacionar diretamente com as questões de natureza socioambiental.

A assistência técnica é uma estratégia formada pela junção de princípios, conceitos e metodologias que tem por objetivo o estudo, a análise, a direção, o desenho e a avaliação dos agro ecossistemas, com o intuito de permitir a implantação e o desenvolvimento de formas de agricultura com maior nível de sustentabilidade. Conforme Caporal (2009, p. 94-95):

...se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agro ecossistemas mais sustentáveis, mas também processos mais humanizados de desenvolvimento rural.

Nesse sentido, Caporal (2009), certifica que a PNATER abraça os princípios da agroecologia e suas bases epistemológicas para instituir táticas de desenvolvimento rural sustentável, que sejam opostas as ações extensionistas implementadas nos anos anteriores a política, desta forma, a referida política requer uma extensão rural agroecológica, ou seja, uma extensão rural que tem como objetivo alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável.

Percebe-se então que a PNATER atinge o público da agricultura familiar, considerando a sua diversidade e as desigualdades, abrangendo a questão da sustentabilidade, da participação da população com mais democracia e o acesso dessa população a políticas públicas que desenvolve o meio rural de forma sustentável o conjunto de princípios estabelecidos na Política vem configurando um novo cenário educacional no meio rural, em virtude da socialização dos conceitos e da implantação de uma nova prática extensionista decorrente da formação dos profissionais em serviços, em parceria com as organizações de formação (BRASIL/MDA, 2011/2012).

A sustentabilidade amparada pela assistência técnica deve ser compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação têm, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais), de se inserir no processo geral de desenvolvimento.

Em outras palavras, sustentabilidade deve ser entendida como a capacidade de uma região de construir o seu padrão de desenvolvimento, num padrão de desenvolvimento diferenciado.

Para Almeida (2002), a sustentabilidade surge em consequência da necessidade de um projeto social novo, que além de atender as demandas atuais, possa também produzir e garantir no futuro o uso dos recursos naturais e proporcionar a sobrevivência dos grupos sociais. O autor também enfatiza que a agricultura para ser considerada sustentável e com assistência técnica deve:

a) Proporcionar externalidades mínimas no ambiente e não liberar substâncias tóxicas ou que sejam nocivas na atmosfera, em águas superficiais ou subterrâneas, ao realizar intervenção antrópica;

b) Fazer a utilização da água de forma a permitir a recarga dos depósitos aquíferos, somado a manter e preservar as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas;

c) Utiliza-se de recursos internos do agro ecossistemas e das comunidades próximas;

d) Manter a fertilidade do solo: preservando e recompondo os nutrientes do solo, para manter a vida do solo e em consequência prevenir a erosão do solo;

e) Valorizar e conservar a diversidade biológica além de garantir igualdade de acesso a práticas, conhecimentos e tecnologias agrícolas, possibilitando o controle local dos recursos agrícolas.

De acordo com Buainain (2006, p. 9), na série desenvolvimento rural sustentável do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

A agroecologia é intrínseca aos objetivos do Ministério de Meio Ambiente em função do uso racional dos recursos naturais. É também uma forma de colaboração para um meio ambiente sustentável, na medida em que tem por finalidade a produção de alimentos de maneira natural e saudável. Faz uso do conhecimento adquirido pelos agricultores ao longo dos tempos e dos conhecimentos científico-tecnológicos atuais, sem jamais desconsiderar o respeito ao meio ambiente, à produção de qualidade e às organizações sociais que as envolve.

Conforme a colocação acima, a agroecologia é uma forma de colaboração para um meio ambiente sustentável, na medida em que tem por finalidade a produção de alimentos de maneira natural e saudável, pois faz uso do conhecimento adquirido pelos agricultores ao longo dos tempos e dos conhecimentos científico-tecnológicos atuais, sem jamais desconsiderar o respeito ao meio ambiente.

Ainda, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2008), existe a necessidade de repensar o formato de como a agricultura é desenvolvida, através da inclusão social dos indivíduos no processo de condução das propostas e das ações, substituindo a visão holística pela visão sistêmica de como o processo de desenvolvimento é complexo.

Para Caporal (2009, p. 4), enfatiza que “na agricultura, isto se manifesta pela necessidade de complexificar os sistemas agrícolas, introduzindo biodiversidade e manejando as relações entre solos, plantas e animais.”

No processo de desenvolvimento rural sustentável atualmente desejável, o papel das instituições, bem como dos agentes de ATER, do ensino e da pesquisa, deverá ser exercido mediante uma relação dialética e dialógica com o público da extensão, que parta da problematização sobre fatos concretos da realidade.

Quando se fala de desenvolvimento rural sustentável, é indispensável ponderar o desafio da utilização de insumos internos para a agricultura ser sustentável, ou seja, a redução da dependência de insumos externos, ou ainda, a combinação dos dois insumos de forma a fortalecer a agricultura, conforme as necessidades e particularidades de cada caso. Segundo Caporal e Costabeber

(2009), a sustentabilidade e ou a assistência técnica apoia-se, em seis dimensões, conforme o Quadro 4..

Quadro 4: As seis dimensões da sustentabilidade

DIMENSÕES	CARACTERIZAÇÃO
ECOLÓGICA	Manutenção e à recuperação da base de recursos naturais, incluindo a manutenção e/ou a melhoria da biodiversidade, de reservas e mananciais hídricos, assim como dos recursos naturais em geral.
ECONÔMICA	Obtenção de balanços energéticos positivos e na orientação de que, na maioria dos segmentos da agricultura familiar, a capacidade de reprodução social muitas vezes prevalece sobre a lógica da obtenção do lucro.
SOCIAL	Equidade da distribuição da produção (e também dos custos), e está relacionada com a perspectiva intrageracional e com a qualidade de vida.
CULTURAL	Os saberes, os conhecimentos e os valores locais precisam ser compreendidos e analisados mediante o relacionamento com o meio ambiente, bem como devem espelhar a identidade cultural.
POLÍTICA	Que se relaciona com os processos participativos e democráticos no contexto da produção agrícola, como também com as redes de organização social.
ÉTICA	Que diz respeito diretamente à solidariedade intra e intergeracional e a novas responsabilidades dos indivíduos em relação à preservação do meio ambiente, tendo-se em conta que o que está verdadeiramente em risco não é propriamente a natureza, mas a vida sobre o Planeta, devido à forma como utilizamos e destruimos os recursos naturais.

Fonte: Adaptado de Caporal, (2009).

Observando as dimensões da sustentabilidade de que fala os autores percebe-se que uma ATER que realmente colabora para a construção de um modelo atual de desenvolvimento rural sustentável para o país deve, num empenho conjunto com os membros da comunidade, sugerir tecnologias que ajudem para o crescimento da produtividade e da renda de maneira conjugada com a melhoria da qualidade de vida e com a conservação dos recursos naturais.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), os objetivos atuais da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil são os seguintes (BRASIL, 2007):

- 1 - Contribuir para a melhoria da renda, da segurança alimentar e da diversificação da produção, para a manutenção e geração de novos postos de trabalho, em condições compatíveis com o equilíbrio ambiental e com os valores socioculturais dos grupos envolvidos;
- 2 - Potencializar processos de inclusão social e de fortalecimento da cidadania por meio de ações integradas que tenham em conta as dimensões éticas, social, política, cultural, econômica e ambiental da sustentabilidade;
- 3 - Estimular a produção de alimentos saudáveis e de melhor qualidade biológica a partir do apoio e assessoramento aos agricultores familiares e suas organizações para a construção e adaptação de tecnologias de produção ambientalmente amigável e para a otimização do uso e manejo sustentável dos recursos naturais;
- 4 - Desenvolver ações que levem à ação e à recuperação dos ecossistemas e ao manejo sustentável dos agros ecossistemas visando assegurar que os processos produtivos agrícolas e não agrícolas evitem danos ao meio ambiente e riscos à saúde humana e ambiental;
- 5 - Incentivar a construção e consolidação de formas associativas que, além de criar melhores formas de competitividade, sejam geradoras de laços de solidariedade e fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento rural sustentável;
- 6 - Fortalecer as atuais articulações de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e apoiar a organização de novas redes e arranjos institucionais necessários para ampliar e qualificar a oferta de serviços de Ater, visando alcançar patamares crescentes de sustentabilidade econômica e socioambiental;
- 7- Promover a valorização do conhecimento e do saber local e apoiar os agricultores familiares e demais públicos da extensão rural no resgate de saberes capazes de servir como ponto de partida para ações transformadoras da realidade. (BRASIL, 2007).

Dessa forma, a pesquisa deve ser descentralizada para que aconteça a partir da necessidade do agricultor. O saber do agricultor deve estar fortemente posto na

pesquisa e, por isso, deve ser esperado que na metodologia científica haja sua participação. Deve existir capacitação para os pesquisadores para o enfoque científico, pois somente assim, a pesquisa se tornará participativa e considerará o conhecimento empírico dos agricultores.

Ou seja, a geração de tecnologia, não deve ser fundamentada na dicotomia entre sabedoria e ciência, dado que a produção do conhecimento ou ato de conhecer é mais de comunhão com a natureza do que de dominação e controle. As experiências demonstram que ao superar a divisão do conhecimento e valorizar a transdisciplinaridade, a integração dos diferentes focos de sabedoria, podem-se compreender os diversos processos naturais e sociais que moldam as condições de produção e reprodução dos ecossistemas (BRASIL, 2007).

A agricultura deverá ser eficiente em termos de recursos naturais, estar preparada para se adaptar às mudanças ambientais e ser capaz de amenizar os seus impactos mais negativos. Segundo Rao e Rogers (2006, p.441):

Agricultura sustentável é definida como uma prática que atenda necessidades atuais e de longo prazo por alimentos, fibras e outras necessidades da sociedade, ao mesmo tempo em que maximize os benefícios líquidos através da conservação dos recursos para manter outros serviços e funções do ecossistema, bem como o desenvolvimento humano de longo prazo.

A importância da agricultura familiar frente ao seu impacto ao desenvolvimento sustentável tem sido de grande destaque nos últimos anos. a agricultura cada vez mais vem sendo influenciada pelas responsabilidades das ações para o discutido desenvolvimento. Já não basta ser ambientalmente correto, como acontece com a agricultura orgânica, é preciso que sejam apresentadas soluções aplicáveis a essa famílias para que esses se empoderem e transformem a vida de fato. Para Sousa; Khan; Passos, (2011, p. 130):

A agricultura familiar exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e no crescimento equilibrado do País. Os milhões de pequenos produtores que compõem a agricultura familiar fazem dela um setor em expansão e de vital importância para o Brasil. Todos os anos, a agricultura familiar movimentava bilhões de reais no País, produzindo a maioria dos alimentos que são consumidos nas mesas brasileiras. Além disso, contribui para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural.

Dentro desta ótica o desenvolvimento rural, sob essa ótica, representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução. O modelo não é mais o do agricultor-empresário, mas o do agricultor-camponês que domina tecnologias toma decisões sobre o modo de produzir e trabalhar (SCHNEIDER, 2003).

A agricultura familiar sustentável, a partir da ótica da agroecologia, assume como princípio a mínima dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais. A sustentabilidade da agricultura vai além da perspectiva meramente tecnológico, ou econômico. Ela precisa de uma nova orientação dos padrões de organização socioeconômica, técnica e espacial do meio rural. Isso significa que a sustentabilidade da agricultura vai além do setor rural.

A agricultura familiar é embasada em princípios que determinam uma relação equilibrada do homem com o meio ambiente, para que ele possa extrair o sustento da terra sem que seja preciso acabar com os recursos naturais. A sustentabilidade que essa maneira de produzir proporciona é o que irá assegurar a continuidade das próximas gerações. Nesse sentido, estimular e fortalecer a agricultura familiar são o que ocasionará o desenvolvimento construído a partir da responsabilidade social, ambiental e econômica.

O valor e a importância da agricultura familiar constituem-se na produção de alimentos, na geração de empregos e na distribuição de renda e terra. O agricultor familiar possui em seu conjunto de práticas, as técnicas de natureza econômica e socioambiental adotadas no seu dia a dia, com a finalidade de instrumentalizar o sistema de produção, fazer bom uso do solo e suprir as suas necessidades primordiais, que compatibilizam os objetivos familiares com o meio ambiente e a interação produtiva, determinando os motivos que autorizam as justificativas de atuação distinta entre si e o agricultor capitalista. Para Aguiar (2011, p. 85):

A Agricultura Familiar tem contribuído positivamente no campo ambiental, propiciando estabilidade aos governos. Entre essas formas de contribuição podem ser destacadas a adoção de sistemas produtivos energeticamente mais eficientes, adotando-se menos energia fóssil e mais energia renovável; o uso de sistemas que respeitam a sintonia ambiental entre as espécies, aproveitando as sinergias naturais entre atividades exploradas de forma econômica; modos de produção orgânica e agroecológica, cujos produtos são saudáveis aos consumidores; e maior contribuição para manutenção dos ditos “serviços” oriundos do ecossistema.

A consolidação da agricultura familiar sustentável indica a necessidade de que sejam superadas as velhas concepções de agricultura de baixa renda, de pequena produção e de agricultura de subsistência, os quais não têm ajudado a solucionar o processo de integração dos agricultores ao mercado competitivo.

Assim sendo, a assistência técnica aliada a conhecimentos necessários para produzir alimentos com qualidade, poderá ajudar o agricultor, de tal maneira que quando o produto chegar ao consumidor final será de boa qualidade, o que torna o consumidor um comprador fiel.

Daí porque a agricultura familiar pelas suas características e especificidades apresenta uma maior tendência no que se refere à incorporação de elementos agroecológicos capaz de fazer com que a produção aconteça de forma sustentável. Portanto, a sustentabilidade poderá ser o caminho seguro para a agricultura familiar contribuir com a construção de uma vida com dignidade, justiça, equidade e respeito às presentes gerações e também às futuras.

4 CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo trata dos aspectos metodológicos da pesquisa que engloba as características do município de Senador Pompeu/CE e da empresa EMATERCE, além da análise e discussão dos resultados da pesquisa de campo realizada junto aos agricultores familiares.

4.1 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo consta de pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2009), é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituída principalmente de livros e artigos científicos. Também utilizou-se a pesquisa de campo que na visão de Fonseca (2002) caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.).

O instrumento para a coleta de dados foi o questionário contendo 10 questões de múltipla escolha e questões abertas, relacionadas aos temas da assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar.

O público alvo da pesquisa foi 40 agricultores familiares do município de Senador Pompeu/CE atendidos pela EMATERCE. Referida pesquisa de campo ocorreu durante o mês de setembro de 2018.

Quanto as etapas da pesquisa estas se deram da seguinte forma:

- 1º - Visita as famílias agricultoras;
- 2º - Informações e explicações às famílias agricultoras sobre a realização deste estudo;
- 3º - Entrega do questionário aos agricultores familiares pesquisados;
- 4º - Recolhimento do questionário devidamente respondido.

Vale ressaltar que o pesquisador trabalha na EMATERCE como agente rural, o que facilitou bastante o diálogo com os agricultores familiares seja no campo, seja na sede do órgão em questão.

E, por fim, foi realizada a análise dos dados coletados, que embasados pelos referenciais teóricos e pela pesquisa de campo, foram interpretados buscando responder o problema apresentado no início dos trabalhos.

4.1.1 Breve histórico sobre o município de Senador Pompeu/CE

Senador Pompeu, oficialmente teve sua emancipação política em 3 de setembro de 1896. Seu antigo nome Humaitá - nome indígena que significa "O que fala muito" - foi trocado por Senador Pompeu em homenagem ao senador da República Tomas Pompeu de Sousa Brasil. Durante o império da República Velha, várias Vilas foram transformadas em cidade e com Senador Pompeu não foi diferente.

Sua população atual é de 26. 469 habitantes de acordo com o Censo do IBGE (2010), sendo que 15.706 (59,3%), mora na zona urbana e 10.763 (40,7%), vive na zona rural.

Senador Pompeu por ter sua localização privilegiada no Sertão Central do Ceará e por ter sido beneficiada com a estrada de ferro, se tornou o centro de produção e escoamento do algodão - o ouro branco do Nordeste - nos anos 10 até sua decadência nos anos 60 do século XX.

Devido a infraestrutura ferroviária e localização central, Senador Pompeu, foi uma das cidades cearenses na qual foi instalado um dos Campos de Concentração no Ceará (ou mais conhecidos como *os currais do governo*) durante a seca de 1932.

O município está situado na bacia hidrográfica do Banabuiú, tem como principais rios: rio Banabuiú e rio Patu, e outro riachos. Além do Açude Patu.

Em se tratando da agricultura familiar Senador Pompeu tem 1.833 estabelecimentos da agricultura familiar. O município conta com 4.589 agricultores familiares.

4.1.2 Dados sobre a EMATERCE

Fundada em 16 de fevereiro de 1954, o Serviço de Extensão Rural do Ceará recebeu, inicialmente, a denominação de Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR). Naquele ano, os trabalhos de campo começaram pelos municípios de Maranguape, Redenção e Quixadá.

Em 1976, o Governo do Estado criou, com a aprovação da Lei 10.029, de 6 de julho daquele ano, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE. A EMATERCE é um órgão público estadual, de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará – SDA.

a) MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento sustentável da agropecuária do Estado do Ceará. Através da utilização de processos educativos na construção de conhecimentos pelos extensionistas, agricultores e suas organizações, que assegurem a geração de emprego e renda no meio rural.

b) VISÃO

A EMATERCE tem como visão o desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar, a busca pela obtenção de resultados, a visão do agronegócio familiar e o estabelecimento de parcerias. De acordo com esses princípios, a EMATERCE busca a profissionalização rural e a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos agricultores cearenses. Para tanto, a Empresa traçou as seguintes estratégias:

- 1 - Divulgar e executar, com excelência, as políticas governamentais para o setor agrícola do Estado do Ceará;
- 2 - Elevar a escala de negócios dos produtores de base familiar;
- 3 - Melhorar o perfil da agricultura familiar no Estado do Ceará.

c) PÚBLICO ALVO

O público-alvo da EMATERCE é o agricultor de base familiar, os assentados, os quilombolas e os indígenas.

Ressalte-se que a empresa contribui para a inserção do agricultor no mercado, de forma competitiva, associativa e sustentável. Dessa forma, ajuda a implantar novas tecnologias em todos os setores produtivos do agronegócio familiar, como: a bovinocultura de leite, agricultura orgânica, algodão, cana-de-açúcar,, milho, feijão, arroz, mandioca, sisal/amendoim, caju, mamona, fruticultura, olericultura, a ovino caprinocultura, a piscicultura, floricultura, a fruticultura e a apicultura.

Todo o trabalho é desenvolvido, mediante parcerias com os governos municipais e o governo federal, por meio de linhas de financiamento, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

A EMATERCE está presente, nos 184 municípios do Ceará, mediante a atuação de 18 escritórios regionais, 71 locais e 108 postos avançados. Em Senador Pompeu/CE a EMATERCE foi instituída no ano de 1962 e está localizada na Av. Francisco França Cambraia, 31. Os funcionários somam um total de 4, sendo 3 técnicos em agropecuária e 1 agrônomo. Os mesmos são contratados por meio de seleção com validade de 3 anos. Atualmente, a EMATERCE presta assistência técnica e extensão rural a 2.700 agricultores familiares.

4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram abordadas na pesquisa algumas variáveis tais como: gênero, idade, escolaridade, renda, ATER, comercialização, dificuldades, destino da produção, dentre outras. Na primeira parte da pesquisa de campo buscou-se saber sobre o perfil dos entrevistados conforme dispostos no quadro 5 a seguir:

Quadro 5: Perfil dos agricultores entrevistados

Gênero	Masculino	32
	Feminino	8
Idade	20-40 anos	6
	41-60 anos	18
	61-80 anos	16
Escolaridade	Sem escolaridade	20
	Ensino Fundamental incompleto	14
	Ensino Fundamental completo	6
Renda	Abaixo de 1 salário mínimo	8
	1 salário mínimo	28
	De 1 a 2 salários mínimos	4

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Diante das informações do quadro 5 sobre o perfil dos entrevistados, a maioria dos agricultores familiares são do sexo masculino, cerca de 80%. Observa-se que o número de homens agricultores é consideravelmente superior ao de mulheres. Isso ocorre porque a agricultura familiar é ainda marcada por desigualdades de gênero, que restringem o direito e o acesso das mulheres aos

recursos naturais e a sua autonomia econômica. Conforme Mesquita (2013, p. 71) coloca que:

No meio rural esse pensamento está arraigado na mente de muitas famílias, as quais acreditam que homens e mulheres possuem papéis e lugares distintos. Nessa separação, o homem é tido como responsável pelo sustento da família, enquanto a mulher e os filhos são apenas 'ajudantes'. Como nas propriedades rurais, o convívio da família e a atividade se desenvolvem no mesmo local, vigora uma visão de que o trabalho da mulher seja uma obrigação natural, na qual ela tem que ajudar seu marido, cuidar do lar e da família. E mesmo as mulheres que desenvolvem atividades remuneradas, geralmente também realizam as atividades domésticas.

A maioria dos entrevistados se apresentou com idade que varia dos 41 aos 80 anos (45% com idade entre 41-60 anos, e 40, % com idade entre 61-80 anos). Esse fator é interessante, por se tratar de um público que por estar a bastante tempo em suas comunidades vivenciou diferentes transformações naquele espaço de vida e trabalho.

No entanto, torna-se preocupante esse cenário quando comparado ao número de agricultores mais jovens, pois apenas 15% dos entrevistados possuem faixa etária entre 20-40 anos. Contudo, a participação de um público mais jovem, também se tornou essencial em função de comparar a percepção que estas diferentes gerações detêm sobre os elementos que permeiam suas vivências no meio rural.

Em se tratando da escolaridade, apenas 15% tem o Ensino Fundamental completo. A soma dos que não tem escolaridade e o ensino fundamental incompleto reforça a necessidade de mais políticas educacionais voltadas para esta parcela da população.

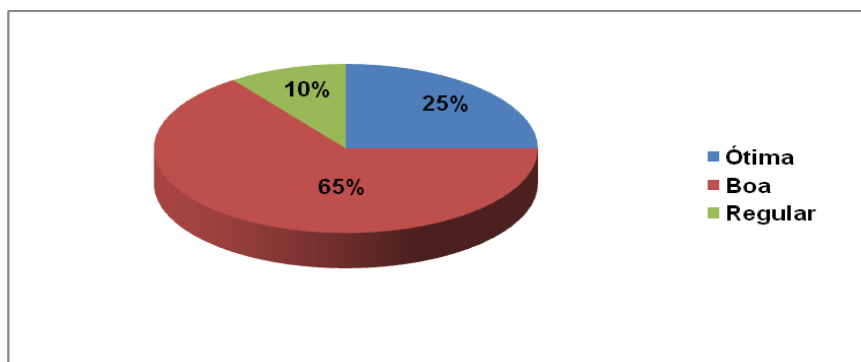
O acesso à Educação dos agricultores familiares é uma urgência, pois além de evitar o êxodo rural é direito fundamental das pessoas terem acesso à educação no meio em que vivem. Pois conforme sugere Arroyo (2012, p. 231):

O projeto de campo e de Educação do Campo traz a marca histórica da participação da diversidade de coletivos e de movimentos, diversidade que o enriquece e lhe confere maior radicalidade político-pedagógica. Como explorar essa riqueza político-pedagógica no projeto educativo do campo, nos currículos de formação e de educação básica, na pedagogia dos movimentos? Um dos caminhos é aprofundar a contribuição dos coletivos diversos na conformação dos princípios-matrizes formadores da Educação do Campo destacados nas análises

Quando se fala de renda, a maioria, cerca de 70% ganha 1 salário mínimo, (fruto da aposentadoria). Os que ganham abaixo de 1 salário mínimo soma 20% e 10% ganham entre 1 e 2 salários mínimos.

Na segunda parte da pesquisa buscou-se saber sobre a percepção dos agricultores familiares quanto a assistência técnica e extensão rural prestados pela EMATERCE. Assim sendo, a primeira questão levantada foi se os entrevistados recebem assistência técnica. A esta indagação todos responderam que sim. Em seguida, se perguntou sobre a qualidade da assistência técnica prestada pela EMATERCE. As respostas encontram-se no gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Qualidade da assistência técnica prestada pela EMATERCE

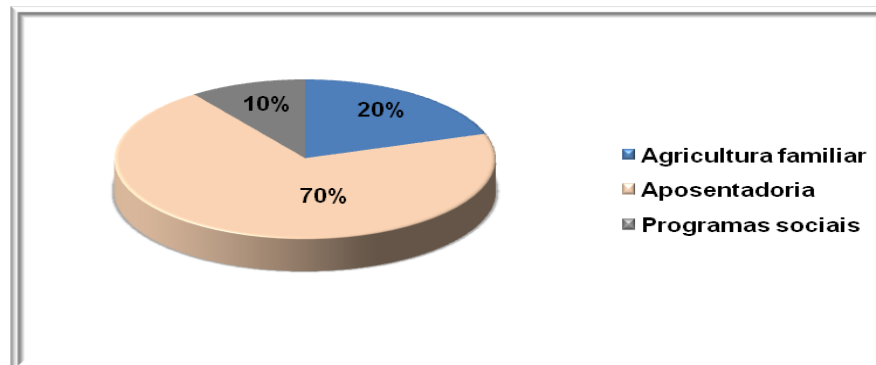


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Indagados se recebia assistência técnica, os agricultores familiares responderam que sim. Com relação a qualidade dessa assistência técnica, a maioria, 65% disseram que a mesma é boa. Para 25% é ótima e para 10% é regular. Na verdade, considera-se que a assistência técnica necessita melhorar muito, pois conforme dados da própria empresa esta atende cerca de 2.700 agricultores familiares com apenas 3 agentes rurais e 1 agrônomo. Diante dessa realidade fica praticamente impossível um atendimento de alta qualidade aos agricultores.

Sobre esta questão Guanziroli (2007), ressalta que alguns fatores influenciaram como a falta de assistência técnica ou baixa qualidade dela é causada pelo número insuficiente de técnicos, já que em muitos escritórios locais (em vários casos, responsabilidade das Emater's ou similares), são poucos os técnicos para dar orientação para um público alvo de milhares de agricultores.

Perguntou-se sobre a origem da renda dos agricultores familiares. A resposta pode ser visualizada no gráfico 2 a seguir:

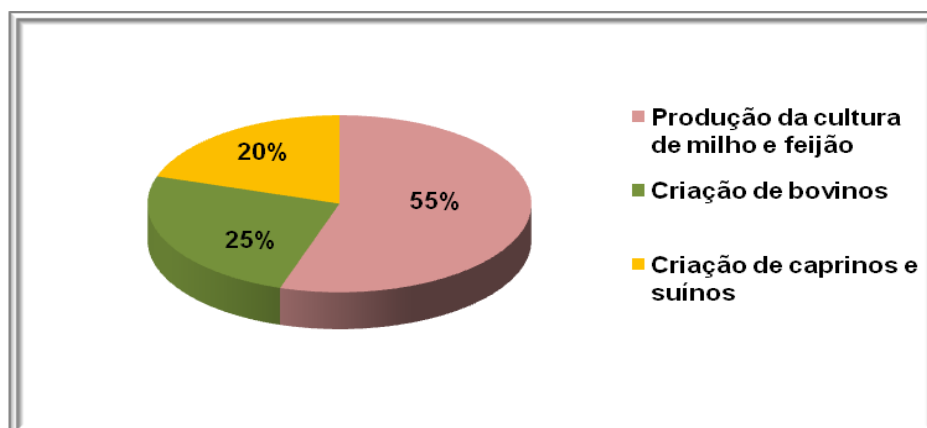
Gráfico 2 – Origem da renda dos agricultores familiares

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

No que se refere à composição da renda das famílias agricultoras foi identificado que quase todas recebem algum tipo de benefício social, seja a aposentadoria rural, ou por invalidez, e/ou programas sociais. Observa-se que a renda da maioria advém da aposentadoria.

A agricultura familiar, neste caso, assim como os programas sociais do governo serve como complementação da renda. Este fato se dá porque embora a agricultura familiar tenha experimentado um conjunto amplo de instrumentos de políticas públicas voltados para a proteção e o desenvolvimento desta categoria social, estas ainda precisam ser efetivadas de fato.

Foi indagado saber também, que tipo de atividades agrícolas os agricultores familiares cultivam. No gráfico abaixo pode-se ver a resposta.

Gráfico 3 - Tipos de atividades desenvolvidas na agricultura familiar

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A maioria dos agricultores familiares pesquisados cultiva o milho e o feijão, seguido da criação de bovinos, caprinos e suínos. Estes produtos são de suma importância para a sobrevivência dos próprios agricultores, como para o aquecimento da economia local, pois segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Cerca de 70% do feijão consumido pelo país, alimento básico do prato da população brasileira vem desse tipo de produção rural. Vêm daí também 84% da mandioca, 5,8% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos.

O (a) agricultor (a) familiar recorre à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho, ele constitui seus espaços e combina espécies e variedades de vegetais e, assim organiza a produção e a vida social com base em modelos de saber e de conhecimento construídos pela família e apreendidos no decorrer da formação cultural dos seus descendentes, os quais são considerados como essenciais para assegurar a própria reprodução dessas unidades (MENDES, 2005).

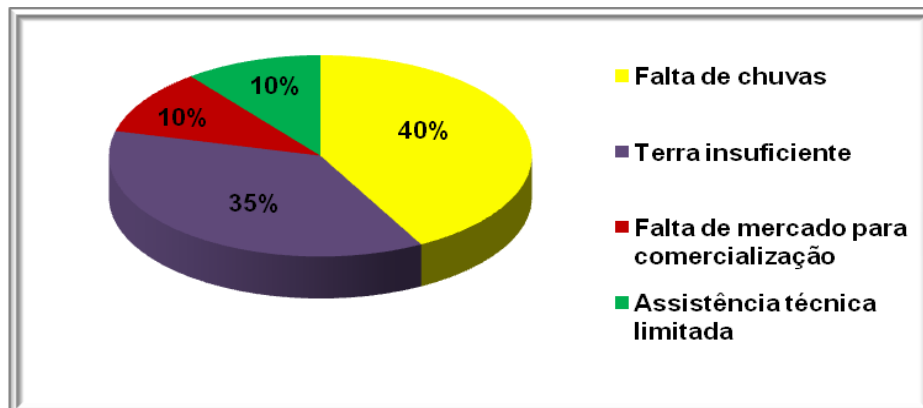
Outra questão levantada é quanto aos setores da agricultura familiar onde a assistência técnica se faz mais presente.

Segundo os agricultores a EMATERCE presta assistência na distribuição de sementes do Programa Hora de Plantar, no cadastramento do Seguro Safra, na Campanha de Febre Aftosa e na elaboração de projetos visando investimentos financeiros.

Observa-se pelas respostas que o órgão responsável pela assistência técnica e extensão rural presta um importante serviço, todavia, para Abramovay (2006) a ATER possui a missão de levar mais do que simplesmente assistência técnica para ampliar a produção, mas caracterizar-se como uma agência de desenvolvimento capaz de contribuir para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do meio rural um espaço propício na luta contra a exclusão social.

Foi mister perguntar quais as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no exercício de suas atividades. Vê-se as respostas no gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Principais dificuldades encontradas pelos agricultores familiares entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os agricultores familiares enfrentam muitas dificuldades que vão além da assistência técnica ao crédito rural. Na sistematização de Pinheiro e Carvalho (2003), os problemas da agricultura podem ser distribuídos em quatro:

- a) baixos rendimentos da atividade agrícola;
- b) da variabilidade dos preços e das produções;
- c) dos problemas estruturais; e
- d) dilapidação dos recursos naturais.

No caso dos agricultores entrevistados a falta de chuvas juntamente a insuficiência de terra desponta como os principais problemas. De fato, a região Nordeste, por estar localizada no polígono da seca tem sido castigada por falta de chuva. Contudo, o problema da seca no Nordeste é agravado muito mais por falta de políticas públicas hídricas que beneficie o homem do campo.

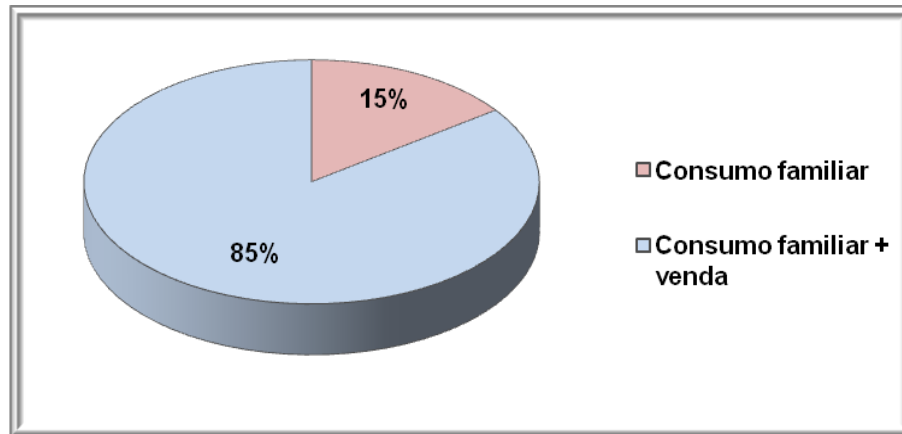
Afora a escassez de água para a lavoura a questão da terra continua sendo uma problemática que afeta os agricultores, haja vista, que no Brasil a reforma agrária tem sido um sonho, pois o que se tem é um país com uma das maiores concentrações de terras utilizadas apenas para o agronegócio, uma vez que a concentração e centralização dos capitais aplicados no setor agropecuário visa atender os médios e grandes proprietários de terras. Para Graziano da Silva (2011, p.81) essa diferenciação desenha uma polarização crescente que se explicita da seguinte forma:

[...] de um lado, uma perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores, de modo a converter a terra que possuem em mero local de moradia ou, quando muito, em produção para autoconsumo da família; de outro, uma tecnificação crescente dos

produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de autonomia na organização de seu próprio processo produtivo.

Outra questão levantada é quanto a finalidade da atividade da agricultura familiar. O gráfico 5 revela as respostas.

Gráfico 5 – Finalidade da produção da agricultura familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Pelo gráfico percebe-se que as maiorias dos agricultores entrevistados produzem para o próprio consumo e para a venda. De fato, conforme ressalta Duval e Ferrante (2008, p.308):

Esta produção, direcionada para o autoabastecimento das famílias, tem seu excedente comercializado nos mercados convencionais ou através de políticas públicas federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou municipais, como o Programa Direto do Campo. Também há a troca deste excedente de alimentos entre as famílias, garantindo a segurança alimentar dos que têm menos recursos para produção e reforçando laços de cooperação e sociabilidade.

Na verdade, a agricultura familiar desempenha de forma eficiente a função de garantir a segurança alimentar das famílias pesquisadas, além de servir para abastecer o mercado local. Assim, a agricultura familiar no município de Senador Pompeu tem a função de produção familiar ora voltada para o autoabastecimento, ora para a venda.

Com relação aos espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar de Senador Pompeu/CE, os entrevistados disseram que vendem seus produtos no comércio local e na feira agropecuária que acontece de de 15 em 15 dias na Cooperativa, situada na sede do município. Já a carne é vendida no

frigorífico e o leite para as indústrias queijeiras e de laticínios localizados em outros municípios.

Dentro desse contexto, as atividades produtivas são representadas pelas explorações voltadas ao consumo doméstico e venda dos excedentes, através de feiras, vendas diretas ou compras institucionais, como no caso da venda para a merenda escolar.

Observa-se também que a participação em espaços de comercialização direta, com o contato próximo do agricultor com o consumidor, favorece a produção agrícola nos lotes e abre perspectivas de incentivo à produção ecológica, ou pelo menos livre de agrotóxicos, seja pelo contato frequente e constante com os consumidores que procuram um produto de qualidade, seja pela própria dinâmica da feira, que no relato de um dos entrevistados *"exige uma maior diversidade de culturas produzidas no lote, para atender a dona de casa que quer variedade e qualidade, todos os dias"*.

A última questão dirigida aos agricultores familiares é sobre o que é preciso para melhorar a assistência técnica e extensão rural no município. Todos foram unânimes em afirmar que a alternativa é o aumento no número de técnicos, visitas as comunidades de forma mais regular, cursos de capacitação para os agricultores aprenderem a trabalhar com a produção, acesso ao mercado para vender os produtos, assistência técnica voltada para as novas tecnologias, trabalho cooperativo, e assim por diante.

Percebe-se pelas respostas dos entrevistados que embora a agricultura familiar seja de suma importância para a sobrevivência no campo muitos desafios existem e ainda estão por vir, principalmente, em se tratando dos serviços da ATER que deve propor um planejamento integrado das propriedades, mediante um uso equilibrado dos recursos naturais que possuem, selecionar as tecnologias mais adaptadas, priorizar o gerenciamento e a inclusão em mercados diferenciados. Somente assim, será possível ter uma agricultura familiar forte, haja vista, que este setor tem demonstrado ao longo do tempo forte resiliência em condições adversas e um papel fundamental na promoção de uma transição alimentar nos países.

5 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa buscou-se estudar a importância da agricultura familiar para a economia e o desenvolvimento do país a partir da assistência técnica e extensão rural. Assim sendo, por meio da pesquisa bibliográfica foi possível resgatar a história da agricultura desde a época chamada “primitiva”, até a modernidade. Neste passeio histórico viu-se como se deu o processo de evolução da agricultura, bem como, da agricultura familiar.

A revisão de literatura também permitiu que se estudasse as políticas públicas voltadas para este setor, bem como, os principais programas de apoio aos agricultores familiares que a partir dos mesmos pode obter crédito e assistência técnica para desenvolver sua produtividade.

Também viu-se que a agricultura familiar tem uma estreita relação com o desenvolvimento sustentável, uma vez que, é um tipo de produção que respeita o meio ambiente e utiliza no processo produtivo insumos que não agredem tanto a biodiversidade, o que é muito importante diante de tanta degradação ambiental causada pela agricultura patronal.

A pesquisa de campo também trouxe importantes conhecimentos e levantou inúmeras questões que necessitam ser avaliadas pelos agricultores pesquisados, bem como, pela EMATERCE, órgão responsável pela assistência técnica e extensão rural a este segmento.

Viu-se que no município de Senador Pompeu o número de agricultores familiares atendidos pela EMATERCE é bem inferior ao número de agricultores familiares existentes, o que leva a crer que milhares de agricultores não são assistidos no seu direito básico de ter assistência técnica.

Outro fato que chama a atenção é com relação ao número insuficiente de profissionais para atender uma demanda tão grande. Obviamente, que isso gera uma assistência técnica precária.

Mesmo assim, percebe-se que quanto a percepção que os agricultores tem em relação a assistência técnica e extensão rural oferecida pela EMATERCE, esta é positiva, tem papel preponderante no manejo da terra e na produção dos alimentos que servem tanto para o consumo, quanto para a comercialização, o que se constitui numa ótima fonte de renda para ajudar as famílias, em sua maioria, desprovidas de condições financeiras que lhes garanta suprir suas necessidades diárias.

Assim, pode-se dizer que a pesquisa tanto bibliográfica, quanto de campo cumpriu seu papel e esteve em consonância com os objetivos e a problematização deste estudo, pois ficou claro que a agricultura familiar, aliada a uma assistência técnica de qualidade é fator primordial para este setor em plena expansão e afirmação como uma forma de utilização da natureza de maneira sustentável e de equilíbrio ecológico para estas e para as gerações futuras.

Portanto, vale dizer que este estudo não se esgota nesta pesquisa, pois no mundo da agricultura existe muito que desvendar e a luta para que os agricultores familiares sejam reconhecidos é árdua e longa. Por isso, destes trabalhadores se espera coragem e determinação para descobrir as potencialidades que possuem e assim terem lugar no mercado produtivo.

REFERENCIAS

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO REGIONAL E SETORIAL DOS RECURSOS.** Soc. & Nat., Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação.** XLV Congresso da SOBER, Londrina, 2006.

ARROYO, M. **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

AGUIAR, Vera Mônica Queiroz Fernandes. **AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL.** 2011.

Disponível em:

<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3432/2/VERA%20MONICA%20QUEIROZ%20FERNANDES%20AGUIAR.pdf>. Acesso em 08 de nov. de 2018.

ARRUDA, José Jobson. **Os primeiros tempos: a exploração do pau-brasil: História Integrada: da Idade Média ao nascimento do mundo moderno.** 6ª ed. São Paulo, Ática. 2003.

BAER, Werner: **A Economia Brasileira**, Nobel, São Paulo, 2ª ed, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

_____ Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2009.

_____ FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **História.** Presidência da República, Brasília, 2012ª.

_____, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2017. Resultados Preliminares. ISSN 0103-6157 Censo agropec. Rio de Janeiro, v. 7, p.1-108, 2017. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf. Acesso em: 05 de nov. de 2018.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos. 2007. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programade-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 05 de nov. de 2018.

_____, Decreto n. 8252, de 26 de maio de 2014. Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater. Diário Oficial da União, Brasília, 27 maio 2014. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8252.htm. Acesso em: 05 de nov. de 2018.

_____, Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA. PRONAF, Cartilha de acesso. 2011-2012. Disponível em: <
[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf) >. Acesso em: 05 de nov. de 2018.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Brasília, DF, 2010.

BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar, agroecologica e desenvolvimento sustentável: questões para debate.- Brasília. -- Brasília: IICA, 2006.

CRUZ, K. C. M. dos S. Análise da Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Companhia Nacional de Abastecimento no período 2003-2015: estudo de caso sobre a modalidade Compra com Doação Simultânea. 2016. 42 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2016.

CAPORAL, F. R. Recolocando As Coisas Nos Seus Devidos Lugares: Um Manifesto Em Defesa Da Extensão Rural Pública E Gratuita Para A Agricultura Familiar. IN: CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A; PAULUS G.. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: 2009, 111 p.

DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) *Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.3 08-323.

FORMIGA, Walnara Arnaud Moura. ARAÚJO, Ademário Félix de. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA MERENDA ESCOLAR DE

SÃO BENTINHO-PB. 2012. Disponível em:

http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/analise_da_implementacao_da_agricultura_familiar_na_merenda_escolar_de_sao_bentinhobp_1343401730.pdf. Acesso em: 05 de nov. de 2018.

FERREIRA, Marina Baird e dos ANJOS, Margarida (coord). **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4.^a edição. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

FELDENS, Leopoldo. **O Homem, a Agricultura e a História**. 1^a edição. Editora UNIVATES. 2018.

FAUTH, E. **Agricultura familiar: Evolução favorável em anos recentes**. Revista FEE, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Edição. São Paulo, Atlas, 2009.

GEHLEN,IVALDO. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GRAZIANO, J. da Silva. Antecedentes históricos. In: **estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo. Hucitec, 2011.

GUIMARÃES, A. P. As classes perigosas no Brasil. In: **as classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro, Graal, 2008.

GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário, 2017.

LOURENZANI, W. L. et al. **A qualificação em gestão da agricultura familiar: a experiência da Alta Paulista**. Revista Ciência em Extensão, São Paulo, v.4, n.1, p.62-76, 2008.

LATIN DICTIONARY AND GRAMMAR AID. Disponível em:

<<http://archives.nd.edu/latgramm.htm>>. Acesso em: 10 de nov. de 2018.

LACKI, Polan. **Estamos “paralisando” os agricultores com diagnósticos equivocados e com soluções demagógicas**. 2006. Disponível em:

<http://polanlacki.com.br/artigosbr/paralisisbra.rtf>. Acesso em 02 de nov. de 2018.

MUNIZ, J. N. **Extensão Rural: A área problema VS o problema de conhecer.** In: Anais...SOBER, 2003.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão.** 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. **Relações de Gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar.** 2013. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/viewFile/5103/pdf_110. Acesso em 04 de nov. de 2018.

NUNES, S.P.; GRÍCOLO, S.C.; GNOATTO, A.A; A reorganização dos serviços de ater no Sul do Brasil diante do desenvolvimento capitalista na agricultura. IN: NUNES, S.P.; GRÍCOLO, S.C.; (Org) **Assistência técnica e extensão rural no sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos.** Ijuí : Ed. Unijuí, 2013. – 200 p.

NETTO, C. G. A. M. “**A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional**” in BONNAL, P. e LEITE, S. P (Org.) “Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação”, Rio de Janeiro, MauadX, 2011, p. 221 – 252.

OLIVEIRA, P. M. de; FERRANTE, V. L. S. B. **O Programa de aquisição de alimentos no PDS Sepé Tiarajú: bloqueios e perspectivas.** Retratos de Assentamentos, v. 16, n. 1, p. 77-110, 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzareti. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, vol.52 supl.1 Brasília, 2014.

PINHEIRO, A. C. A.; CARVALHO, M. L. S. **Economia e política agrícolas.** Edições Silabo, Lisboa-Portugal. 2003.

ROMANO, J. O. “**Redes de política pública na trajetória do setor público agrícola brasileiro**” in BONNAL, P. e LEITE, S. P (Org.) “Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação”, Rio de Janeiro, MauadX, 2011, p. 139 – 172.

RIBEIRO, Ana Carla Andrade. **Territórios e Políticas Públicas: revisão conceitual no Pro- Te Grama Territórios da Cidadania.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Recife, 2010, 108 folhas.

SILVA, Soraya Grams da. **Agricultura e Pecuária.** 2018. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/agricultura-pecuaria/agricultura.htm>. Acesso em: 04 de nov. de 2018.

SOUZA, C. “**Políticas Públicas: uma revisão de literatura**” Porto Alegre, Sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SIMÃO, G.L.; SILVA, E. A.; SILVEIRA, S. de F. R. **Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do Estado de Minas Gerais.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, n. 03, p. 533-548, 2014.

SANTOS, A. R. dos; VIEIRA, N. dos S.; FERREIRA, P. R.; CASTRO, T. T. S. **Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) doação simultânea nos Estados da Bahia e Minas Gerais.** Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, v. 3, n. 1, p. 9-24, 2012.

SCHNEIDER, S. **Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais.** In: Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003.

_____, S; CORREIA, LUCIANA. **O Uso de Programas Públicos de Alimentação na Reaproximação do Pequeno Produtor com o Consumidor: o Caso do Programa de Alimentação Escolar.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, ESTUDO & DEBATE, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.

_____, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: 2006.

SCHIMITT, Cláudia J.; GUIMARÃES, Leonardo A. **O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica.** Revista Agriculturas - v. 5 – n. 2 - junho de 2008. Disponível em: http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/equidade-e-soberania/nosmercados/o-mercado-institucional-como-instrumento-para-o/at_download/article_pdf. Acesso em: 15 de nov. de 2018.

SILVA, A. M.; GREGOLIN, A. C. **Agricultura familiar e extensão rural: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável.** In Melo, C., et.al. Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários. Fundação Banco do Brasil, p. 124-140. São Paulo/SP, Plublisher Brasil, 2009.

SOUSA, M. C. de; PASSOS, A. N. T. B; KHAN, A. S. **Qualidade de vida da agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Norte.** Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, 42, 2011.

WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

RAO, N.H; ROGERS, P.P. **Avaliação da sustentabilidade agrícola.** Ciência Atual, v.91, n.4, p.439-448, 2006.

ANEXO**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU/CE ATENDIDOS PELA EMATERCE****PARTE 1 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS:**

a) Gênero

 Masculino Feminino

b) Idade

 20-40 anos 41-60 anos 61-80 anos Acima de 81 anos

c) Escolaridade

 Sem escolaridade Ensino Fundamental completo Ensino Fundamental incompleto Ensino Médio completo Ensino Médio incompleto

d) Renda

 Abaixo de 1 salário mínimo 1 salário mínimo De 1 a 2 salários mínimos**PARTE 2 – PERCEPÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

1 – Recebe assistência técnica?

 Sim Não

2 – Como você avalia a qualidade da assistência técnica prestada pela EMATERCE

 Péssima Ruim Boa Ótima

3 – Origem da renda dos agricultores familiares

 Agricultura familiar Aposentadoria Programas sociais Outros

4 – Tipos de atividades desenvolvidas na agricultura familiar

5 – Em que setor da agricultura familiar a assistência técnica é mais presente?

6 - Principais dificuldades encontradas pelos agricultores familiares entrevistados

7 – Na sua opinião, porque é importante a assistência técnica para a agricultura familiar?

8 – Finalidade da agricultura familiar

() Produzir para o consumo () Produzir para o consumo e comercialização ()
Produzir somente para a comercialização

9 - Espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar de Senador Pompeu/CE

10 – O que é preciso para melhorar a assistência técnica e extensão rural no município?
